



BOLETIM INFORMATIVO – JANEIRO 2017

Edição nº. 03 - Ano 23 - CRC/RS 3.112

PARCELAMENTO – NOVO REFIS

O Programa de Regularização Tributária (PRT), instituído pela publicação da Medida Provisória nº 766/2017 publicada Diário Oficial da União em 05/01/2017, junto à RFB e à PGFN tem como objetivo possibilitar o parcelamento de débitos tributários e não tributários das pessoas físicas e jurídicas vencidos até 30.11.2016, inclusive objeto de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial, ou ainda provenientes de lançamento de ofício efetuados após a publicação desta Medida Provisória.

A RFB e a PGFN irão regulamentar o pedido de parcelamento, no prazo de 120 dias.

O parcelamento possibilita a quitação com créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL ou com outros créditos próprios relativos aos tributos administrados pela RFB ou parcelar em até 120 prestações.

A adesão implica, a confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte ou responsável e por ele indicados para compor PRT, e condiciona o sujeito passivo à aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Medida Provisória.

Para incluir no PRT débitos que se encontrem em discussão administrativa ou judicial, o sujeito passivo deverá desistir previamente das impugnações ou dos recursos administrativos e das ações judiciais que tenham por objeto os débitos que serão quitados, e renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem as referidas impugnações e recursos ou ações judiciais, e protocolar, no caso de ações judiciais, requerimento de extinção do processo com resolução do mérito.

O valor mínimo da parcela será de R\$ 200,00 para a pessoa física e de R\$ 1.000,00 para a jurídica. O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros SELIC.

A dívida será consolidada na data do requerimento de adesão ao PRT e será dividida pelo número de prestações indicadas.

Enquanto a dívida não for consolidada, o sujeito passivo deverá calcular e recolher o valor à vista ou o valor equivalente ao montante dos débitos objeto do parcelamento dividido pelo número de prestações pretendidas.

O deferimento do pedido de adesão ao PRT fica condicionado ao pagamento do valor à vista ou da primeira prestação, que deverá ocorrer até o último dia útil do mês do requerimento.

Implicará exclusão do devedor do PRT e a exigibilidade imediata da totalidade do débito confessado e ainda não pago: a falta de pagamento de três parcelas consecutivas ou seis alternadas; a falta de pagamento de uma parcela, se todas as demais estiverem pagas; a constatação, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial do sujeito passivo como forma de fraudar o cumprimento do parcelamento.

Na hipótese de exclusão do devedor do PRT, os valores liquidados com os créditos de que trata o art. 2º serão restabelecidos em cobrança e: será efetuada a apuração do valor original do débito, com a incidência dos acréscimos legais, até a data da rescisão; serão deduzidas do valor referido no inciso I do parágrafo único as parcelas pagas em espécie, com acréscimos legais até a data da rescisão.

CÂMARA APROVA RENEGOCIAÇÃO SEM CONTRAPARTIDAS

Depois de um acordo que incluiu até o PT e contra a posição do Palácio do Planalto, a Câmara aprovou por 296 votos a favor e 12 contra, além de três abstenções, o texto principal do projeto que trata do Regime de Recuperação Fiscal e de renegociação de dívidas dos estados. A Câmara retirou todas as contrapartidas exigidas dos estados incluídas pelo Senado no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal.

Com modificações em relação ao texto que chegou do Senado, a proposta mantém o Regime de Recuperação Fiscal de emergência, incluído na última hora da votação pelos senadores. O programa é uma maneira, negociada com o Ministério da Fazenda, de auxiliar unidades da federação em dificuldades. O alívio é vital para Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais, estados em calamidade financeira.

"O Plano de Recuperação é o documento em que se reconhece a situação de desequilíbrio financeiro, bem como são especificadas todas as medidas de ajuste, com os respectivos impactos esperados e prazos de adoção, sendo implementado mediante lei do estado que pretenda aderir ao Regime de Recuperação Fiscal", destaca o texto.

No Senado, foi incluída toda a proposta da Fazenda, que estabelecia sete contrapartidas para a implementação do plano emergencial. Exigia-se dos estados, por exemplo, a "criação de programa de desestatização"; a elevação de contribuição à Previdência, e o congelamento de aumentos e reajustes já negociados. Os deputados, inclusive o relator Espiridião Amin (PP-SC), chamaram esses trechos de "draconianos" e após seis dias de negociação, retiraram todas as contrapartidas.

Eles afirmaram que a Câmara enviou a proposta ao Senado sem essas exigências e que elas foram adicionadas ao projeto "na última hora". Além disso, as medidas foram consideradas pelos deputados como fontes de redução de direitos dos trabalhadores.

Para conseguir finalizar a votação, o relator, deputado Espiridião Amin (PP-SC), precisou ceder em uma série de pontos. Na última hora, retirou financiamento a operação de crédito ao programa de demissão voluntária, com o qual o PT manteria a obstrução à sessão. O partido, contrário a uma série de pontos, só aceitou apoiar a proposta depois desse acordo.

O texto deixa a critério dos entes federativos aprovar uma lei estadual para instituir um período de transição para elaboração de Plano de Recuperação. Dessa forma, poderão ser suspensos encargos das dívidas dos estados necessitados com a União.

As mudanças na proposta dividiram inclusive a base aliada. O líder do governo na Câmara, André Moura (PSC-SE), tentou esvaziar o plenário. Levou uma bronca pública do presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que defende a votação da renegociação das dívidas.

O Rio de Janeiro é um dos Estados que mais depende dessas negociações. Apesar disso, o governador fluminense, Luiz Fernando Pezão, acompanhou a votação no plenário e se posicionou contrário ao texto final. "Não concordo." O governador do Estado, José Ivo Sartori, também acompanhou a votação.

Governo e governadores queriam que os deputados apreciassem o projeto no mesmo dia. O líder do DEM se posicionou contra a proposta final. "Não conseguimos apresentar uma proposta que venha ao encontro das necessidades dos estados e do País. Estamos produzindo hoje aqui um Frankenstein", disse em discurso na tribuna. Em dado momento da discussão, que durou mais de cinco horas, Rodrigo Maia, que liderou as negociações para votar o projeto nesta terça, chegou a se irritar.

"Não precisamos dizer amém ao Ministério da Fazenda. Temos que votar o texto que é melhor para o Brasil. Se o presidente (Temer) entender que não é o melhor para o Brasil, tem poder de veto. O que não podemos é convocar os deputados e não votar nada. Quem quiser, assuma sua responsabilidade de votar contra ou a favor. Agora, não votar, é achar que a Câmara não respeita a sociedade brasileira", disse o presidente da Casa.

GOVERNO GAÚCHO COMEMORA O RESULTADO DA VOTAÇÃO QUE DARÁ FÔLEGO ÀS FINANÇAS PÚBLICAS

O governador José Ivo Sartori acompanhou, em Brasília, a votação do Projeto de Lei Complementar, que tratou da dívida dos estados com a União. "É mais uma vitória do Rio Grande do Sul, que poderá ter carência de três anos no pagamento das parcelas da dívida", destacou o governador, após a aprovação da medida.

De acordo com Sartori, foi uma construção alicerçada no diálogo com outros governadores e lideranças. O governador salientou ainda que a aprovação do projeto é um auxílio necessário ao Rio Grande do Sul. Frisou que não é um novo recurso que entra, mas é um valor que deixa de ser desembolsado. Enfatizou também que a parcela da dívida com a União representa um quinto da folha de pagamento do Executivo estadual. Em Brasília, Sartori conversou com deputados federais gaúchos e reuniu-se durante duas horas com o governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão.

O secretário estadual da Fazenda, Giovani Feltes, afirmou que é preciso ter cautela quanto à expectativa sobre a decisão presidencial do que foi aprovado na Câmara, mas disse ter uma perspectiva positiva quanto à sanção do presidente Michel Temer. Para Feltes, a posição dos deputados federais e o conjunto de medidas tomadas pelo governo gaúcho que estão sendo avaliadas na Assembleia Legislativa indicam uma possibilidade de alcançar o equilíbrio fiscal do Rio Grande do Sul, futuramente.

O secretário adianta que para o Estado beneficiar-se do projeto terá que haver uma negociação com a equipe econômica do governo federal. Contudo, admite que o Rio Grande do Sul não tem outro caminho a seguir, que não seja aderir à iniciativa.

DECLARAÇÃO DE NÃO OCORRÊNCIA DE OPERAÇÕES AO COAF



A partir de 1º de janeiro de 2017, a **Declaração de Não Ocorrência de Operações** ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) poderá ser feita diretamente no sistema desenvolvido pelo departamento de TI do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A novidade vai ao encontro das diretrizes do CFC em modernizar o seu sistema para melhor atender aos profissionais do país.

Conforme previsto na Resolução CFC nº 1.445/2013, profissionais e organizações contábeis que prestem, mesmo que eventualmente, serviços de assessoria, consultoria, contabilidade, auditoria, aconselhamento ou assistência de qualquer natureza devem comunicar ao Coaf a não ocorrência de eventos suspeitos de lavagem de dinheiro ou financiamento ao terrorismo.

O vice-presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina do CFC, Luiz Fernando Nóbrega, reforça que não houve alteração na Legislação e que a única mudança é que a Declaração será recepcionada no sistema criado pelo CFC. "Estamos apenas aprimorando o nosso trabalho para prestarmos um serviço ágil e de qualidade", avalia Nóbrega.

A **Declaração de Não Ocorrência de Operações** tornou-se obrigatória em decorrência da alteração do Art. 11, inciso III, da Lei nº 9.613/1998. Já a obrigatoriedade, prevista na lei, das comunicações que os profissionais e as organizações contábeis devem fazer ao Coaf foi regulamentada pela Resolução CFC nº 1.445/2013.

Os profissionais poderão acessar o sistema mediante senha ou pela certificação digital.

O prazo final para que seja realizada a **Declaração de Não Ocorrência de Operações** é dia 31 de janeiro.





Agenda das Principais Obrigações Janeiro/2016



DIAS	COMPROMISSOS
02/01	Envio das notas fiscais, documentos de caixa e recibos de autônomos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa para encerramento do mês de dezembro 2016
06/01	SALÁRIOS - DEZEMBRO GPS - DOMÉSTICAS GFIP - DEZEMBRO
09/01	ICMS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA (Demais produtos) - DEZEMBRO
11/01	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 01 a 10/01/2017
12/01	ICMS - COMÉRCIO - DEZEMBRO
16/01	GPS - CONTRIBUINTE INDIVIDUAL ISSQN - DEZEMBRO
20/01	GPS - DEZEMBRO IMPOSTO SIMPLES NACIONAL - DEZEMBRO ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA - SIMPLES NACIONAL - NOVEMBRO IRF - DEZEMBRO
23/01	ICMS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES - DEZEMBRO ICMS - INDÚSTRIA - DEZEMBRO ICMS - ÚLTIMOS SETORES INCLUÍDOS NA SUBST. TRIBUTÁRIA - NOVEMBRO
23/01	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 11 a 20/01/2017
25/01	IPI - INDÚSTRIA - MODALIDADE GERAL - DEZEMBRO COFINS - DEZEMBRO PIS - DEZEMBRO
26/01	Envio dos dados para encerramento da folha de pagamento: registro de empregados, alterações de salário, faltas e descontos, recibos de autônomos e notas fiscais cooperativas, referente janeiro 2017
31/01	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - DEZEMBRO - ESTIMATIVA IRPJ - DEZEMBRO - ESTIMATIVA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - LUCRO PRESUMIDO - 4º TRIMESTRE/2016 IRPJ - LUCRO PRESUMIDO - 4º TRIMESTRE/2016
01/02	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 21 a 31/01/2017



Curta nossa página no Facebook:

VISAO CONTABILIDADE VILLAGIO IGUATEMI 54 30264600

Visão Contabilidade - Competência e Credibilidade